

Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica

Ethical problems on knowledge representation: a theoretical approach

por [Suellen Oliveira Milani](#) e [José Augusto Chaves Guimarães](#)

Resumo: Considerando que a representação do conhecimento consiste em uma tomada de decisão constante e que seus produtos devem figurar-se defensáveis, destaca-se a existência de problemas de natureza ética nesse contexto, com inegáveis danos ao usuário. Desse modo, parte-se de um recorte teórico da literatura internacional no tocante aos aspectos éticos envolvidos na organização e representação do conhecimento para se chegar à reflexão de dois vértices: a) as biases na representação do conhecimento; e b) a não neutralidade de seus processos, instrumentos e produtos, como subsídios ao delineamento de possíveis problemas éticos no tocante ao usuário, bem como no tocante à atuação do profissional da informação.

Palavras-chave: Representação do conhecimento; Ética; Bias; Não neutralidade; Problemas éticos; Danos ao usuário.

Abstract: Considering that knowledge representation consists in a constant decision-making and that its products must be reliable, this paper highlights the existence of ethical problems in this context with undeniable damage to the user. Therefore, from a theoretical excerpt of the international literature regarding the ethical aspects involved in knowledge organization and representation, this study gets to the reflection of: a) the biases in knowledge representation; and b) non-neutrality of its processes, instruments and products, as subsidies to the outlining of possible ethical problems regarding the user as well as the role of information professional.

Keywords: Subject analysis; Ethics; Bias; Non-neutrality; Ethical problems; Damage to the user.

Introdução

A literatura internacional de Ciência da Informação vem dedicando especial atenção, notadamente na última década, aos aspectos éticos que permeiam os fazeres da área, com forte preocupação de natureza deontológica, voltada especificamente para os códigos de ética profissional, como bem demonstra a coletânea internacional organizada por [Vaagan](#) (2002). Por outro lado, e procurando abordar a questão sob um ponto de vista mais axiológico, autores como [Froehlich](#) (1994), [Gorman](#) (2000), [Koehler e Pemberton](#) (2000), entre outros [\[1\]](#), têm abordado o fazer profissional como um todo e de forma mais verticalizada. No entanto, essa preocupação tem sido mais evidente em atividades profissionais de produção e uso da informação, bem como na gestão de unidades e sistemas de informação, ficando a descoberto a questão intermediária fundamental: os processos de organização.

Especificamente no âmbito da organização e representação do conhecimento, essa ênfase tem se feito sentir em menor escala, registrando-se os estudos de [Berman](#) (1993), [Hudon](#) (1997), [Beghtol](#) (2002, 2005), [Fernández-Molina e Guimarães](#) (2002), [García Gutiérrez](#) (2002), [Olson](#) (2002), [Guimarães e Fernández-Molina](#) (2003), [Van der Walt](#) (2004), [Bair](#) (2005), [Fernández-Molina](#) (2005), [Guimarães](#) (2005), [Pinho](#) (2006) e [Guimarães](#) (2006b).

Nesse contexto, e mais especificamente no âmbito da Universidade Estadual Paulista (Marília - SP) vem-se realizando uma trajetória investigativa que se iniciou com a reflexão dos aspectos éticos que envolvem as dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área da Biblioteconomia no Mercosul, incluindo reflexões sobre os códigos de ética profissional do bibliotecário ([Guimarães](#), 2003); a partir da qual se sentiu a necessidade de analisar os valores e problemas éticos que envolvem especificamente a representação do conhecimento, seus processos e instrumentos ([Guimarães](#), 2006a, [Pinho](#), 2006, [Milani](#), 2006, 2007, [Guimarães](#), 2008a). Dos referidos estudos emergiram as seguintes questões: como determinadas comunidades discursivas, como a mulher, por exemplo, são representadas nas

linguagens documentais utilizadas pelos bibliotecários? Disto decorre outra indagação: Em que medida podem ocorrer aspectos discriminatórios nesse contexto? Para tanto, estudaram-se os domínios: homossexualidade masculina (Pinho, 2010) e mulher (Milani, 2009, Milani, 2010, Milani; Guimarães, 2010) a partir de linguagens documentais brasileiras.

Desse modo, e inserindo-se no contexto investigativo acima referido, propõe-se, a partir dos aspectos éticos envolvidos na organização e representação do conhecimento, com base na literatura anteriormente citada, apresentar a temática bias [2], que emerge nesse contexto, com pontuações sobre a não neutralidade em resposta à constatação de López-Huertas (2008b) que, ao realizar uma minuciosa análise dos temas emergentes e de impacto na organização e representação do conhecimento na atualidade em âmbito mundial, coloca as questões éticas em especial destaque, e enfatiza que as mesmas ainda não foram abordadas pelos acadêmicos com a mesma intensidade que outros tópicos. Desnecessário é recordar que tal alerta já havia sido feito dezesseis anos antes, nada menos que por Dahlberg (1992), fundadora da *International Society for Knowledge Organization*.

Para tanto, e com respaldo na literatura internacional, discutem-se os aspectos éticos envolvidos na representação do conhecimento a partir de dois vértices: as biases e a não neutralidade do indexador na medida em que ambos interagem - e convergem - para a existência de problemas de natureza ética no âmbito da representação do conhecimento, com inegáveis danos ao usuário.

Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento

É exatamente no cenário de atuação profissional na área de informação que os estudos relacionados aos aspectos éticos [3] envolvidos nas atividades de organização e representação do conhecimento [4] se tornam essenciais na área de Ciência da Informação, contribuindo fortemente para a preservação e disseminação da memória cultural, como salienta Olson (1998).

Em relação à atuação dos profissionais da informação, Froehlich (1994, p. 460, *tradução nossa*) destaca oito fatores que afetam decisões éticas, sendo eles: (1) *utilidade social*, (2) *responsabilidade social*, (3) *sobrevivência organizacional*, (4) *sobrevivência informacional*, (5) *respeito por si mesmo*, (6) *respeito por outros indivíduos e instituições*, (7) *padrões culturais* e (8) *normas jurídicas*.

Buscando sistematizar um pouco mais a questão da ética no exercício profissional na área de informação, Guimarães (2000, p. 65) propõe cinco dimensões de compromissos éticos desse profissional: com o usuário, com a organização, com a informação, com a profissão e consigo mesmo, enquanto cidadão. Essas dimensões, por sua vez, sofrem interferências de dois mitos [5] anteriormente destacados por Vergueiro (1994): o mito da neutralidade (*responsável por algumas possibilidades de biases*) e o mito da corporação.

Relativamente ao denominado “*mito da neutralidade*” tem-se que, por muito tempo os profissionais da informação acreditaram e divulgaram a liberdade de acesso à informação com a ausência de censura e a não interferência dos seus próprios valores morais em seus fazeres, consagrado, segundo Vergueiro (1994, p. 9), pela expressão de Foskett [6]: *no politics, no religion, no moral*. A literatura que ampara os estudos éticos em Ciência da Informação vem discutindo e oferecendo subsídios que desmascaram essas afirmações e consolidam as promessas de ausência de censura e não interferência do profissional como sendo mitos, pois os profissionais da informação acreditavam, erroneamente, que o uso puro e simples da técnica atuaria como garantia de resultados neutros e unânimes.

Relativamente ao “*mito da corporação*”, a análise de Guimarães (2006b, p. 247), “*aponta*

para o papel do coletivo profissional enquanto zelador de uma ética a ele intrínseca, mas por outro lado, alerta para o perigo de uma dimensão normativa excessiva prestar-se ao corporativismo e ao acobertamento de ações consideradas antiéticas.” Esse mito não assola apenas a Ciência da Informação, mas todas as áreas do conhecimento que, utilizando a justificativa de “*zelar pela corporação*” realiza ou acoberta ações consideradas antiéticas nesse ambiente.

Nesse contexto, o instrumento legal que atuaria como guia para as situações reais que envolvem valores e problemas éticos no cotidiano dos profissionais da informação ainda é o código de ética profissional, o qual deve buscar amparar os dilemas éticos e discutir condutas e ações inerentes a um fazer profissional.

O Código de Ética Profissional do Bibliotecário (*Resolução CFB nº 042 de 11 de janeiro de 2002*) é um instrumento ainda excessivamente prescritivo, não apresentando subsídios para uma verdadeira reflexão ética sobre a área, na medida em que se atem a questões pontuais, no mais das vezes administrativas. Comprovação disso é o fato de que a única disposição do Código de Ética Profissional do Bibliotecário que poderia, de alguma maneira, ser aplicada à organização e representação do conhecimento encontra-se no seguinte recorte: “*Seção IV - Das proibições Art. 12 - Não se permite ao profissional de Biblioteconomia, no desempenho de suas funções: ... h) deturpar, intencionalmente, a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acórdãos e outros instrumentos de apoio técnico do exercício da profissão, com intuito de iludir a boa fé de outrem; ...*” ([Conselho](#), 2002).

[Bair](#) (2005, p. 22) pontua que um código de ética “*deve ser desejado e suficiente para abranger qualquer dilema ético enfrentado por catalogadores [bem como por indexadores e classificadores], deve discutir condutas e ações específicas, de modo a servir como um guia útil nas situações atuais*”, sendo assim o atual Código de Ética Profissional do Bibliotecário ainda não contempla essa reflexão.

Em outras palavras, pode-se dizer que um código de ética - enquanto materialização deontológica da área - decorre da sedimentação de um conjunto de valores - dimensão axiológica - que considera como a ele inerentes, e não o contrário.

Nessa mesma tônica, [Fernández-Molina e Guimarães](#) (2002) ao analisarem dezesseis códigos de ética da área de Ciência da Informação identificaram sete valores fundamentais que permeiam esses códigos de ética, que são direcionados a associações de bibliotecários, bibliotecas especiais, gerenciadores de registros, arquivistas, cientistas da informação e, gerenciadores da informação, sendo eles: 1) *Os interesses dos usuários vêm primeiro*; 2) *Forneça serviços objetivamente, sem nenhum tipo de bias*; 3) *Forneça aos usuários a informação mais atualizada e precisa possível* ^[7]; 4) *Evite a censura na seleção de materiais de informação*; 5) *Se existir algum tipo de censura ou filtro, informe aos usuários suas limitações*; 6) *Separe crenças pessoais de serviços profissionais*; e 7) *Mantenha a competência profissional*.

Os autores concluíram que os códigos de ética dos profissionais da informação, analisados “*dirigem-se a valores éticos relacionados com a organização e representação do conhecimento com pouca especificidade, devido a tradicional separação entre as atividades de processamento e gerenciamento*” ([Fernández-Molina; Guimarães](#), 2002, p. 491). No bojo dessa discussão, [Milani](#) (2006, 2007) realizou estudos que comprovam a necessidade de aprofundamento do problema ético da discriminação nos instrumentos de representação do conhecimento, principalmente no que se refere à questão dos valores éticos - e problemas daí decorrentes - inerentes às atividades de organização e representação do conhecimento.

Dos referidos estudos foram extraídos da literatura gerada entre 1995 e 2004 pelos periódicos *Journal of the American Society for Information Science and Technology - JASIST*, *Journal*

of Documentation, Cataloging & Classification Quarterly, The Indexer, Ethics and Information Technology e Knowledge Organization, valores, e consequentemente problemas, éticos que estão presentes, mas nem sempre assumidos como tais, na organização e representação do conhecimento. Tais aspectos foram posteriormente sistematizados e discutidos por [Guimarães](#) (2008a).

Nesse contexto, e resgatando as três categorias de valores que integram ou tangenciam a organização e representação do conhecimento, propostos por [Guimarães](#) (2007, p. 56), a referida pesquisa chegou ao seguinte núcleo axiológico [8]:

- a) Aqueles valores maiores (ou supervalores) que permeiam toda a atividade informacional: respeito a Privacidade, Autoria (direito autoral), Acessibilidade, Liberdade, Segurança, Equidade, Diversidade e Minimização de riscos.*
- b) Aqueles antes havidos como requisitos profissionais, na medida em que integram a essência do fazer profissional na área: Competência, Eficiência, Flexibilidade, Confiabilidade, Reconhecimento profissional, Atualidade, Autonomia, Consciência de poder e Cooperação.*
- c) Aqueles antes havidos como meras medidas de organização e representação do conhecimento, mas que hoje se integram ao universo axiológico da área: Precisão, Garantia cultural, Exaustividade, Consistência, Facilidade de uso e Hospitalidade do sistema.*

Decorrendo da negativa dos valores, surgem os problemas que, de acordo com [Guimarães](#) (2007, p. 57), podem ser categorizados em dois contextos. Desse modo, chega-se a seguinte constatação:

- a) Problemas que permeiam o mundo atual: Divisão digital, Pornografia, Envio de lixo eletrônico, Substituição do profissional pela tecnologia e Violência.*
- b) Problemas que afetam diretamente as atividades de organização e representação do conhecimento, quando do exercício profissional: Vigilância, Censura, Falta de garantia cultural, Negligência, Direcionamento informacional, Ineficiência profissional, Má representação, Racismo, Falta de clareza, Marginalização, Crença na neutralidade, Difamação, Idiossincrasia, Inacessibilidade informacional, Terminologia preconceituosa e Traduções inadequadas.*

Do cotejo entre valores e problemas o profissional chega àquilo que se pode denominar de dilemas éticos, os quais encontram respaldo em [Beghtol](#) (2002), que propõe a garantia e a hospitalidade cultural (*em contraposição à garantia e à hospitalidade literária*), a qual prevê que indivíduos de diferentes culturas necessitam de diferentes tipos de e caminhos para a informação [9].

A hospitalidade cultural consiste em uma “ *habilidade de uma notação incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os conceitos velhos e os novos*” (Beghtol, 2002, p. 518). Dessa maneira, os sistemas de organização e representação do conhecimento estariam fornecendo diferentes caminhos para a informação desejada para diferentes usuários e comunidades a partir dos descritores e notações de classificação extraídos das linguagens documentais pelo indexador como sendo os mais adequados.

Nessa mesma linha de pensamento, [García Gutiérrez](#) (2002) propõe a *Epistemografia Interativa* ^[10], enquanto um “ *novo paradigma, um conjunto teórico-conceitual transdisciplinar que auxilia na análise em relação às representações no contexto de um pluralismo de culturas e discursos*” (Pinho, 2006, p. 97), em busca de uma ética transcultural de mediação. Ou seja, [García Gutiérrez](#) (2002) substitui o termo profissional da informação por mediador e afirma que este tem que ter uma visão transdisciplinar, transdiscursiva e transcultural, isto é, abordar todos os aspectos possíveis de um conteúdo documental. O autor coloca a organização e representação do conhecimento como um processo de reflexão sobre o conhecimento e, destaca que a influência do mediador nesse processo ocorre tanto na etapa da representação do conhecimento, quanto na etapa da tomada de decisão.

A organização e representação do conhecimento, enquanto operação, segundo [García Gutiérrez](#) (2002), não lida somente com a organização, mas também com esquemas de seleção de discurso, análises, processos de decodificação, representação e acesso a suplementos, destacando a democracia e a propriedade pública do conhecimento em escala global, em contraposição a propriedade privada e a distribuição mercadológica. Essas operações, segundo o autor, longe de serem neutras, banais ou ascéticas, são todas profundamente mediadas.

Desse modo, a adoção de uma Epistemologia Multicultural ^[11], enquanto uma dimensão do Multiculturalismo postulada por [Semprini](#) (1999) ou de uma Epistemografia Transcultural e Interativa, enquanto uma dimensão advinda da Ciência da Informação postulada por [García Gutiérrez](#) (2002) torna-se fundamental ao profissional da informação como norteador nos processos de representação e mediação de um conhecimento registrado e socializado para que o mesmo, uma vez apropriado, possa fornecer informação para a geração de novo conhecimento.

Nesse mesmo sentido, têm-se as ideias de [Hudon](#) (1997) sobre a diversidade de valores culturais (*e a necessidade de sua compatibilização*) que se apresentam em tesouros multilingues.

No tocante à aplicação do Multiculturalismo nos tesouros multilingues, [Hudon](#) (1997) contribui de forma a buscar um tratamento equitativo às línguas representadas nesse instrumento, através de um esquema que permite a identificação de problemas de natureza ética. Esse esquema dá suporte à construção do tesouro. [Hudon](#) (1997) lista alguns problemas associados aos tesouros multilingues, potenciais causadores de biases durante sua utilização para a representação do conhecimento, sendo eles: dilatação da linguagem para ajustá-la a uma estrutura conceitual estrangeira, no ponto em que esta se torna pouco reconhecível para seus próprios falantes; transferência de uma ampla estrutura conceitual de uma cultura para outra, sendo apropriada ou não; tradução literal dos termos da língua de origem para expressões sem sentido na língua alvo etc..

[Hudon](#) (1997) apresenta, ainda, alguns pontos que devem ser pensados quando se discute linguagens documentais, como o tesouro multicultural, por exemplo. Assim, deve-se ter consciência das seguintes características que permeiam a prática de elaboração de tesouros:

“O tesouro é construído dentro de uma estrutura administrativa semicentralizada, com representantes de cada linguagem/ cultura na equipe da tomada de decisão; Todas as versões linguísticas do tesouro são desenvolvidas simultaneamente a partir do seu estabelecimento; Os criadores do tesouro são falantes nativos da linguagem que trabalham, com um bom conhecimento da outra linguagem envolvida; Distintos bancos de termos são construídos independentemente de cada linguagem com termos encontrados na linguagem dos documentos; Identidade e simetria de estruturas não são exigidas acerca das várias versões linguísticas dos tesouros [o que realça o problema das assimetrias semânticas], e equivalência individual-a-múltipla, “órfãos”, e variações nas hierarquias etc. são permitidas; O uso de neologismos é muito restrito se permitido para todos; O desenvolvimento do software do tesouro que permita a não identidade do registro de descritores e a rotação de línguas fonte e alvo usadas; Indicadores fisicamente separados para cada uma das línguas representadas são produzidos” (Hudon , 1997, p. 90).

De acordo com [Pinho](#) (2006, p. 105), “ os autores analisados são convergentes em suas opiniões em relação ao usuário, bem como complementares, em relação às competências profissionais, que abrangem o profissional e a leitura, bem como no tocante aos valores intrínsecos ao processo de representação.” Lembrando que a organização e representação do conhecimento não prezam pela satisfação informacional personalizada, ou seja, de um indivíduo, pois tal tarefa seria impraticável, mas, sim, pela satisfação informacional de uma comunidade discursiva.

Essa mediação multicultural, por sua vez, assume uma efetiva complexidade na medida em que deve dedicar atenção ao momento da recepção (ou à lógica de recepção do usuário) e às possibilidades de sua “fragmentação”, de tal forma que um dos desafios do Multiculturalismo reside em compreender como evitar situações de incomunicabilidade e encontrar novos terrenos de mediação e de tradução. Esse processo, por sua vez, configura-se tenso, na medida em que a diversidade pressupõe (ou ao menos não exime) o conflito.

Ainda no tocante à dimensão ética, [Guimarães e Fernández-Molina](#) (2003) realizam um estudo na revista *Knowledge Organization* e não encontram nenhuma menção a valores éticos, enquanto [Van der Walt](#) (2004) ressalta a presença do valor responsabilidade social na atuação dos profissionais da informação em atividades de representação do conhecimento e a necessidade da flexibilidade de suas ferramentas, bem como dos idealizadores das mesmas, para que esse valor possa ser aplicado.

[Fernández-Molina](#) (2005) constata os valores e problemas éticos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, enquanto [Guimarães](#) et al. (2005) estabelecem uma comparação da literatura sobre ética do profissional da informação existente. Em contrapartida, [Bair](#) (2005), já comentada, apresenta o esboço de um código de ética, como uma alternativa para orientar as decisões éticas dos catalogadores.

E, por fim, [Guimarães](#) (2006b), ao abordar sob o ponto de vista histórico os aspectos éticos em organização e representação do conhecimento, ressalta mais especificamente o problema ético da discriminação. Esses marcos teóricos convergem no sentido de a organização e representação do conhecimento refletir os valores morais de quem realiza seus processos, bem como de quem idealiza seus instrumentos e produtos. Desse modo, é plenamente possível a ocorrência de biases na representação do conhecimento, pois esses processos ocorrem por meio da seleção de conceitos para serem nomeados, os quais “ definem os limites do sistema, suas inclusões e exclusões. A seleção de termos para esses conceitos,

frequentemente, introduz biases ruidosas ou, mais comumente, sutil marginalização desleal” (Olson, 2002, p. 6). De igual maneira, a questão da não neutralidade também pode influenciar esse contexto. À vista disso, apresenta-se, a seguir, a abordagem dessa dupla vertente: as biases e a não neutralidade em representação do conhecimento.

A questão das biases

Partindo da constatação de Beghtol (2002) que sinaliza que há a necessidade de se estudar cada disciplina dentro de um domínio do conhecimento em determinado espaço e tempo com o objetivo de construir efetivos sistemas de organização e representação do conhecimento [12], destaca-se que em uma interação com um sistema de busca e recuperação da informação com biases, o usuário pode sentir que sua autoimagem retransmitida - por meio de palavras, conceitos, atitudes, comportamentos - “é uma imagem desvalorizante, discriminatória, ou até agressiva ... A depreciação sistemática, afirmam os multiculturalistas, afeta pesadamente a autoestima de um indivíduo e acaba sendo interiorizada e instalada no âmago de sua identidade” (Semprini, 1999, p. 105). Assim, não se sentir refletido - no caso em tela, o usuário - em uma dada representação do conhecimento denuncia que esta foi construída sob bias.

Há, na literatura, argumentos relativos à problemática das biases (*nem sempre assim denominadas*) na representação do conhecimento enquanto cerne da área de Ciência da Informação, na medida em que essa se apoiaria na máxima representar para recuperar (*ou como prefere Smit (1987): “reunir e organizar para achar”*). Desse modo, têm-se os preconceitos que podem embutir-se na estruturação de linguagens documentais (p. ex.: estabelecimento das relações de equivalência e hierárquicas em um tesouro) e, por conseguinte, nos índices. Tal aspecto, “além de ferir direitos individuais, inibiria o usuário, alijando-o do sistema de informação, por absoluta falta de confiança e mesmo de identificação com os critérios de representação” (Guimarães, 2006b, p. 238).

Bias, segundo Hjørland (2008a, p. 256), “é normalmente entendida como uma palavra negativamente carregada, enquanto algo a ser evitado ou minimizado, por exemplo, em estatística ou em organização do conhecimento.” Olson (2002), a partir de uma contextualização a respeito da criação de substitutos do conhecimento (*materializada naquilo que denomina o poder de nomear* [13]) constata que: “Toda “nomeação” é necessariamente construída sob bias e o processo de nomear é o que codifica essa bias, fazendo a seleção do que enfatizar e o que deixar passar baseado no uso estrito de materiais padronizados prontos” (Spender, 1985, p. 104 [14] citado por Olson, 2002, p. 4).

López-Huertas Pérez e Torres Ramírez (2005) alertam, ainda, que todo tipo de bias presente no léxico responde a uma construção ou a um preconceito social, seja de caráter político, filosófico, religioso, étnico etc. Têm-se, dessa maneira, interpretações mediadas por uma realidade social subjetivamente interpretada, as quais podem ser controladas (*ou traduzidas*) a partir das linguagens documentais de maneira que esses preconceitos possam ser minimizados.

Brey (1999) atribui aos produtores e programadores de jogos de realidade virtual, por exemplo, a responsabilidade sobre as consequências geradas a partir da temática abordada e representações utilizadas nos seus jogos (*p. ex.: como os bandidos são representados e como os pertencentes ao grupo dominante são representados*), e acrescenta que a representação é uma tomada de decisão constante e deve ser fidedigna (*ou defensável*), ou seja, “quando o emprego da realidade virtual está favorecendo certos valores ou interesses a outros devido a uma representação tendenciosa, pode-se dizer que o modelo fez uso de uma *biased representation*” (Brey, 1999, p. 12). O autor diferencia, então, *misrepresentation* (alguns aspectos da representação encontram-se claramente inadequados aos padrões de exatidão estabelecidos) e *biased representation* (os valores e os interesses de alguns usuários da

representação não são contemplados) e conclui que metodologias devem ser desenvolvidas para que essas biases sejam constatadas e prevenidas. Vale ressaltar que as biases, na realidade virtual, podem ser mais perceptíveis por se tratarem de simulações da realidade, o que não acontece tão evidentemente na representação do conhecimento.

Assim, as biases figuram como problemas éticos (*aqui entendidos como situações-problema que devem ser objeto de reflexões e de estudos éticos*) que, no mais das vezes, levam à reflexão dos valores da área (Milani et al., 2009) na medida em que, como destaca Olson (2002), podem sinalizar para uma perda de “*autonomia cultural*”, o que causará danos ao acesso e recuperação da informação. Pode-se dizer, assim, que as biases não estão limitadas a descrições individuais; há biases relacionadas à “*gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos para populações diversas*” (Olson, 2002, p. 7).

Buscando analisar como os padrões de acesso por conteúdo representam grupos e tópicos marginalizados, Olson e Schlegel especificam três problemas: “*primeiro, satisfazer a maioria dos usuários da biblioteca algumas vezes resulta em uma representação de assunto sob biases; segundo, tentativas de objetividade podem resultar em tratamento igualitário quando o que é exigido é um tratamento equitativo para acomodar as diferenças; e terceiro, que padrões homogeneizam os resultados da catalogação e, então, impõem uma linguagem universal em diversos contextos*” (Olson, 2002, p. 9).

Desse modo, o primeiro quesito esbarra com a real prática profissional e o tempo que os bibliotecários têm para realizar as tarefas de análise documental e de classificação. O segundo quesito é delicado uma vez que a linguagem documental tenta incluir determinados aspectos de um domínio do conhecimento ou comunidade discursiva e muitas vezes acaba ressaltando determinado preconceito. Por sua vez, o terceiro quesito é, primeiramente, um objetivo almejado pela Documentação, ou seja, armazenar conjuntamente recursos documentais congêneres, o que se dá a partir de linguagens documentais.

Os problemas de biases nas linguagens documentais hierárquicas, por exemplo, “*podem ser ligados à natureza da classificação como uma construção social. Eles refletem as mesmas biases da cultura que a criou*” (Olson, 1998, p. 233). Sendo assim, como salienta A. C. Foskett, em 1971, “*os classificadores são produtos de seus tempos*” (Olson, 1998, p. 234, tradução nossa).

Nesse mesmo caminho e buscando apontar preconceitos, Berman (1993) examina os cabeçalhos da *Library of Congress Subject Headings* buscando identificar biases relativas às pessoas mais velhas, pessoas deficientes, as denominadas minorias sexuais, mulheres e pessoas pobres, bem como o contexto de produção da própria *Library of Congress*. O autor acrescenta que há uma decadência em relação à criação e uso imediato de cabeçalhos para pessoas - tópicos relacionados que surgem atualmente (*em livros ou em outras mídias*); nomeação proveitosa de cabeçalhos que já são utilizados (*por meio da catalogação mínima ou escondendo informações*); e por não haver uma publicação corrente de notas públicas que clareiem o escopo e o significado de tópicos novos ou não utilizados (*como já ocorre na Henniping Country Library, Minnessota, Estados Unidos*) [15].

De acordo com pesquisa realizada por Olson (1998), os problemas de coextensividade [16] foram constatados, por meio das metodologias de análise feminista e pós-estrutural, no tratamento de conteúdos documentais na perspectiva de gênero sugerida pelo tesouro feminista *A women's thesaurus* [17], o qual exige o acesso de coextensividade separadamente, ora geral, ora de gênero. A reunião e proximidade entre os conceitos e as definições das notações criaram ambientes estranhos e, até mesmo não amigáveis.

Têm-se, então, variáveis que influenciam a criação voluntária ou não de biases, sendo elas causadas a partir: da representação do conteúdo documental; da representação descritiva do conhecimento; do profissional da informação indexador; do próprio documento ou da natureza do conhecimento registrado; das linguagens documentais; da política de indexação (*ou da falta dela*); da política de seleção e uso; do profissional da informação mediador; ou do usuário durante o processo de busca e recuperação da informação.

Os profissionais da informação devem compreender, conforme atesta [Hjørland](#) (2008a, p. 258), que “ *contribuições para a produção, uso e organização do conhecimento não podem ser feitas a partir de posições neutras, fora do esforço do interior dos domínios*”, o que envolveria diretamente a epistemologia do mesmo elaborada a partir da literatura gerada por seus especialistas.

Há algumas críticas a essa base metodológica de criação de fronteiras a partir de descobertas científicas, assim como a existência de múltiplos paradigmas dentro de um domínio e não de múltiplos domínios ([Feinberg](#), 2007), mas [Hjørland](#) (2008a) defende essa metodologia quando afirma que as disciplinas são dinâmicas e dependentes da teoria, e que o conhecimento do conteúdo documental é necessário, embora insuficiente, sendo assim os especialistas ou profissionais da informação precisam de outros conhecimentos acerca do contexto em que o domínio será representado.

Esse tema foi, também, discutido em [Olson](#) (2002, p. 30, tradução nossa), quando criticando a *Classificação Decimal de Dewey* a autora afirma que: “ *Dewey não invoca a garantia literária (o uso de tópicos utilizados em publicações existentes para justificar a inclusão de tópicos em um vocabulário controlado) em qualquer ponto*”, ele invoca a sua representação de mundo.

Em relação aos domínios que envolvem grupos marginalizados, como as mulheres, por exemplo, [López-Huertas](#) (2006, p. 223) ressalta que “ *os especialistas driblam essa falta de linguagem acrescentando uma expressão inequívoca da interdisciplina, como gênero, mulheres etc., assim é a disciplina ou a temática que estabelece os limites do discurso de gênero*”, por exemplo. A autora exemplifica esse fato citando alguns conteúdos documentais tópicos: mulher e política; salários das mulheres; direitos sociais das mulheres; saúde e gênero etc. Essa atitude faz com que a representação seja feita sob biases, uma vez que “ *ambientes socioculturais afetam a orientação temática das Especialidades. Uma parte importante do conhecimento que vem sendo produzido está respondendo às demandas socioculturais* ” ([López-Huertas](#), 2008a, p. 345), sendo necessária, então, uma representação que assegure a garantia cultural a essas usuárias.

Dessa maneira, a preocupação com as diferenças culturais deve fazer parte do planejamento, construção, gestão e avaliação dos sistemas de organização e representação do conhecimento. Uma alternativa seria analisar determinado domínio do conhecimento em cada cultura: como a questão feminina está sendo representada a partir das linguagens documentais brasileiras, por exemplo. Essa preocupação surge, pois o poder de rotular do profissional da informação ([Olson](#), 2002) lhe autoriza a construir percepções e discursos. Então, “ *qualquer aplicação de conceitos e qualquer OC [organização do conhecimento], dessa forma, tem que considerar quais definições e relações semânticas são propostas no contexto dado* ” ([Hjørland](#), 2008a, p. 260), ao contrário do que propõem as ideias de “ *universalização* ” e “ *padronização* ” muito difundidas na área de Ciência da Informação. Assim, “ *Nós [bibliotecários] decidimos o que nomear e o que deixar sem nome* ” ([Olson](#), 2002, p. 4).

Desse modo, rotular a informação a partir da criação de substitutos do conhecimento não é apenas um processo de representação do conhecimento, mas a construção desse conhecimento. Visando a exemplificar a discussão apresentada, partiu-se das instâncias de

biases propostas por [Guimarães](#) (2006a) para buscar exemplos das mesmas na literatura e, então, apresentar a seguinte categorização de biases na representação do conhecimento ([Milani](#) et al., 2009):

- *Relativo ao preconceito ou discriminação, seja no momento da análise ou da representação;*

Por exemplo: Lesbianismo USE Desvios sexuais poderia levar ao constrangimento de uma parcela da comunidade usuária. No tocante as biases inerentes a Classificação Decimal Universal, [Santos, Madina e Serra](#) (1999) destacam: Discriminação de gênero (*Nas notações referentes: as profissões; ao direito penal; a administração pública; ao feminismo*); Discriminação sexual (*Nas notações referentes: ao sexo e as pessoas; a pornografia; a higiene e vida sexual; a saúde e higiene da mulher*); Tabus sociais (*Nas notações referentes: a higiene e a moral; ao direito e a pornografia; aos problemas que afetam o bem-estar social*); Discriminação imperialista - relações Norte-Sul dos países - (*Nas notações referentes: ao desenvolvimento dos povos; as raças; a como se fala um idioma*); Discriminação de minorias (*Nas notações referentes: as minorias; aos asilos para mendigos*).

Em relação aos cabeçalhos de assunto da *Library of Congress Subject Headings*, [Berman](#) (1993) apresenta algumas biases e sua situação - alguns solucionados e outros não - conforme se segue: *Jewish question* - 13 anos para ser abolido; *Yellow Peril* - 18 anos para ser abolido; *Race question* substituído por *Race relations*; *Negroes* substituído por *Afro-americans*; *Rogues and vagabonds SEE ALSO Gypsies* - desvinculados; *Sexual perversion SEE ALSO Homosexuality and Lesbianism* - abolido; *Women as...* Ex.: *Women as accountants* compactado por *Women accountants*; *Children - management* substituído por *Child rearing*; *Primitive* - permanece; *Oriental* (na maioria das vezes representando o *Asian*) desfavorece, por meio do termo *Orient*, os *Asian-americans* - permanece; *Romanies (or Roma)* - termo preferido - Nenhum outro cabeçalho ampara as experiências durante o *Third Reich*, o que também ocorre com os *Jews*; *Class K - Laws*.

Nas décadas de 60 e 70 foram publicados volumes separados para cada país norte-americano e europeu, sendo que apenas em 1993 foi publicado um volume englobando a Ásia, Eurásia, África, Área do Pacífico e Antártida ([Olson](#), 1998); *Sand Creek Massacre*, 1984 - Aqui entram materiais de 29 de novembro de 1864, quando ocorreu o massacre dos *Cheyenne Indians*, do *Sand Creek*, Colorado, pelas tropas estado-unidenses comandadas pelo coronel *John Chivington*; *Hate Crimes* - Aqui entram materiais de ações criminais que envolvem indivíduos ou grupos em casos com vítimas de sexo, raça, cor, religião, orientação sexual, deficiência, idade ou nacionalidade de origem - Ex.: Terrorismo e ações violentas, incluindo incêndio, bombardeamento de casas e negócios, *cross burning*, vandalismo (como *desenhos swastika*), assaltos a pessoas, telefonemas inoportunos ou obscenos e cartas e pacotes ameaçadores; *Zouk Music* - Aqui entram músicas de dança caribenha em combinação com as cantigas do Oeste da Índia, ritmos africanos e pop ocidental.

- *Relativo às categorizações dicotômicas nos sistemas de classificação, as quais decorrem de uma tradição aristotélica de oposição de conceitos e, quando adotadas de forma categórica, podem evidenciar desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a ideia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo;*

Por exemplo: Religiões cristãs X Religiões não-cristãs, reforçando um paradigma de preponderância ou de normalidade. Na Classificação Decimal de Dewey ([Olson](#), 1998), por exemplo, no tocante a *Religion* (classe 200) onde 80% da classe são dedicados exclusivamente ao Cristianismo; a *American Literature* (classe 810) como seção separada, enquanto a Literatura proveniente de outras nações se encontraria na seção *Languages*.

- *Relativo à visão de mundo específica, uma vez que em algumas linguagens documentais se priorizam alguns conceitos em detrimento de outros;*

Por exemplo: algumas classificações, notadamente norte-americanas, como a Classificação Decimal de Dewey, que em alguns aspectos revelam uma concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*White, Protestant and Anglo-Saxon Man*).

- *Relativo à precisão terminológica na representação documental;*

Por exemplo: substituição da expressão igrejas protestantes por igrejas evangélicas, caracterizando uma metonímia, visto que toma a parte pelo todo uma vez que todas as igrejas cristãs (*e que, portanto, valem-se das escrituras do Novo Testamento e, portanto, dos evangelhos*) poderiam ser assim denominadas. Essa questão passa por aspectos nitidamente políticos e sociais, como se pode observar em países latino-americanos, onde a expressão evangélico encontrou mais força com o surgimento das igrejas neopentecostais que passaram, então, a abrigar-se sob tal denominação, juntamente com as igrejas reformadas tradicionais, revelando um suposto gênero cujas espécies, por guardarem distinções doutrinárias substantivas, não poderiam ser simplesmente consideradas como tais.

- *Relativo à polissemia de alguns termos técnicos, sem que, muitas vezes, o profissional se dê conta de tal fato;*

Por exemplo: o termo Classificação que, embora nas áreas de Arquivologia e de Biblioteconomia revele igualmente a preocupação final com a ordenação documental, pauta-se por lógicas distintas, qual seja, a funcional, na primeira, e a temática, na segunda.

- *Relativo à dimensão do “politicamente correto” na indexação, quando ao longo do tempo, expressões evoluem e adquirem maior precisão;*

Por exemplo: Usuários deficientes, Usuários portadores de deficiência, e posteriormente Usuários especiais, e atualmente, Usuários com necessidades especiais. Uso preferencial do termo homossexualidade ao invés de homossexualismo, uma vez que o sufixo *-ismo*, deste último, leva a ideia de vício, assim como em tabagismo, alcoolismo etc.

Uma vez exemplificado, ressalta-se que o problema ético das biases na representação do conhecimento figura como uma ponta de iceberg a ser investigada, mas o *start point* dessa investigação passa obrigatoriamente por reflexões acerca da ausência de neutralidade nesse contexto.

A questão da não neutralidade

A partir da reflexão teórica desenvolvida, destaca-se como um possível auxílio à garantia cultural na organização e representação do conhecimento ([Beghtol](#), 2002), a abordagem da análise de domínio que, conforme atesta [Hjørland](#) (2008b), foi formulada como uma alternativa para a visão cognitiva dominante na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para o referido autor, a análise de domínio consiste em: “*um ponto de vista sociológico-epistemológico. A indexação de um dado documento deveria refletir as necessidades de um dado grupo de usuários ou um dado propósito de ideal. Em outras palavras, qualquer descrição ou representação de um dado documento está mais ou menos ajustada para o cumprimento de certas tarefas. Uma descrição nunca é objetiva ou neutra, e o objetivo não é padronizar as descrições ou fazer uma descrição uma vez e para todos para diferentes grupos-alvo*” (Hjørland, 2008b, p. 95).

Desse modo, diferentes pontos de vista ou diferentes domínios necessitam de diferentes sistemas de organização e representação do conhecimento amparados pela hospitalidade

cultural. A representação do conteúdo documental “*é feita de modo a levar os usuários a fazer discernimentos relevantes. Os documentos deveriam ser olhados com os olhos dos usuários potenciais*” (Hjørland, 2008b, p. 95). Então, a análise de domínio supõe que “*diferentes abordagens (ou ‘paradigmas’) existem em todos os domínios do conhecimento e têm que ser identificadas. Elas não são uniformemente distribuídas na literatura ou entre os usuários, que é o porquê de os modelos representativos não poderem ser usados*” (Hjørland, 2008b, p. 96).

Hjørland (2002, p. 425), pontua que “*Tesouros são, principalmente, vocabulários de um domínio específico e a metodologia para projetá-lo pode ser vista, também, como uma forma (implícita) de análise de domínio.*” Nesse mesmo sentido, as “*Classificações são, assim, intimamente ligadas às teorias científicas*” (Hjørland, 2002, p. 427).

O domínio atua, desse modo, não apenas oferecendo instrumentalidade para o mapeamento de um ramo científico (disciplinas e subdisciplinas), mas, também, como reflexo de uma comunidade discursiva (p. ex.: pesquisadores, revistas, eventos de determinada área etc.). Assim, deve-se prezar pela garantia cultural na organização e representação do conhecimento, considerando que “*diferentes ‘paradigmas’ existem em todos os campos do conhecimento e cada ... paradigma serve a diferentes objetivos e interesses, por essa razão sua identificação e exploração têm a mais alta prioridade para a Ciência da Informação*” (Hjørland, 2008a, p. 260).

Torna-se necessário, então, explicitar os valores, paradigmas, aspectos históricos, sociais e culturais que perpassam determinado domínio do conhecimento a fim de definir os descritores que melhor o representem em determinado espaço e tempo, bem como disponibilizar mecanismos nas linguagens documentais que possibilitem sua adequação a contextos específicos de unidades e sistemas de informação, tais como: relações associativas ou sintagmáticas (materializadas nos Termos Relacionados), relações de equivalências (materializadas nas remissivas *USE* e *Usado Para*), relações hierárquicas ou paradigmáticas (materializadas nos Termos Gerais e Termos Específicos etc.) e notas de escopo, notas explicativas ou definições, entre outros, afinal “*o sistema de informação é o meio pelo qual a posição no domínio é articulada*” (Feinberg, 2007).

Relativamente a não neutralidade dos processos de representação do conhecimento, bem como à direta ligação dessas questões com os aspectos contextuais que permeiam tanto a unidade de informação quanto o profissional, Dias, Naves e Moura (2001) alertam para a necessidade de estudos relacionados à análise de domínio terminológico, mais especificamente relacionados ao *aboutness* (em inglês), também conhecidos como atinência extensional, atinência ou topicalidade (*conteúdo intrínseco ao documento*) e atinência intensional, significado ou informatividade (*conteúdo de interesse para determinados usuários e/ou comunidades*). Nesse contexto, tem-se, o *aboutness* como algo intrínseco ao documento, enquanto o significado é mutável.

Relativamente a não neutralidade da linguagem natural, o que se reflete nas linguagens documentais, destaca-se que a linguagem testemunha uma situação de desequilíbrio da sociedade e da mesma maneira afeta profundamente as nossas representações de mundo, moldando a percepção que uma sociedade ou uma comunidade tem de si mesma. Assim: “*A linguagem é identificada não apenas como lugar onde as relações de dominação e exclusão se cristalizam, mas também onde essas relações são negociadas, produzidas e reproduzidas. De um ponto de vista cognitivo, enfim, a linguagem desempenha um papel ativo na produção da realidade, pois ela fornece o instrumental conceitual (categorias, conceitos) sem o quê a realidade - principalmente a realidade social - não seria identificável nem compreensível*” (Semprini, 1999, p. 66-67).

De acordo com López-Huertas Pérez e Torres Ramírez (2005), quando se fala em temáticas

(interdisciplinaridade) e disciplinas (modelos baseados no desenvolvimento das especialidades como expansão do domínio com claros limites epistemológicos), não há um modelo comumente aceito para a construção de linguagens documentais.

Relativamente a não neutralidade do profissional: *“Todo indexador aproxima-se de um documento com um pacote mental de atitudes, crenças, preconceitos, ideias experimentadas, ‘fatos’, conhecimento geral e ‘sabedoria convencional’.* Muitos desses pacotes são úteis para ajudar a entender, interpretar e representar o conteúdo do documento. Algumas vezes, com documentos que são polêmicos para nomear, ou que lidam com assuntos criticamente ou polemicamente, os indexadores poderão ter que lutar com esses materiais que contrastam com suas visões pessoais. ... *Não é necessário para um indexador ser completamente a favor de alguma coisa no interior do documento, mas a indexação deve refletir e representar a forma tanto quanto o conteúdo. O indexador pode experimentar a distância de algumas partes dos documentos, mas isso pode não ocorrer continuamente na indexação. Embora a indexação seja um trabalho a partir de suas próprias verdades, criadas pelo indexador, e exibindo seu conhecimento geral e especialista e sua perícia técnica, não deve revelar suas crenças, atitudes e julgamentos pessoais”* (Booth, 2001, p. 36).

Um dos pontos mais mascarados desse problema ético é a bias viabilizada pelo indexador a partir de seus próprios valores morais, conforme sistematização e discussão apresentada por Guimarães (2008a). No que diz respeito às inconsistências na organização e representação do conhecimento geradas a partir do profissional, Olson (2002, p. 52) conta que as preocupações de Cutter em relação ao indexador *“com ‘ideias preconcebidas e associações acidentais’ coincide com a preocupação de Dewey de que ‘diferentes bibliotecários, ou o mesmo bibliotecário em tempos diferentes, classificam os mesmos livros ou similares em lugares amplamente diferentes’.*”

Considerações finais

Considerando que a representação do conhecimento consiste em uma tomada de decisão constante e que, por dever de ofício, deve ser defensável, reflexões acerca dos problemas éticos nesse universo são imprescindíveis. Para tanto, e visando a introduzir o problema das biases na representação do conhecimento, apresentaram-se subsídios teóricos que juntamente com outros trabalhos como Guimarães (2008b), por exemplo, buscam colaborar com a realidade bibliotecária nacional no tocante a essa instância de reflexos danosos ao usuário. Desse modo, clama-se por estudos mais verticalizados no tocante ao mapeamento teórico e conceitual do problema ético das biases na representação do conhecimento.

Extraíram-se dessa trajetória de estudos dois pontos para futuras comparações com o problema ético das biases, sendo eles: a questão do vértice [18]: *“o vértice de cada hierarquia é o gênero ou o todo ”* (Cintra, 2002, p. 44), ou seja, sob o mesmo termo têm-se muitas e variadas especificidades; e a questão das assimetrias semânticas (Hudon, 1997).

Em síntese, se os profissionais da informação não forem capazes de prever ou solucionar as biases, a mera possibilidade da existência das mesmas deve ser informada aos usuários, tentando, assim, tornarem-se mais responsáveis (*hidden bias to responsible bias*, conforme coloca Feinberg, 2007) face às biases e se colocarem explicitamente sobre as perspectivas representadas em suas unidades e sistemas de informação.

Tais aspectos corroboram a assertiva de que a neutralidade em representação do conhecimento constitui uma falácia, na medida em que as biases decorrem seja do contexto do indexador seja do documento em si. No entanto, é a partir da assunção de uma postura profissional lícita que antes reconheça a possibilidade de biases e, portanto, da não neutralidade nos processos de representação do conhecimento que o profissional poderá, conscientemente, buscar uma representação defensável, vale dizer, que promova um efetivo

processo de comunicação entre um contexto de produção documental e um contexto de uso desse conhecimento.

Notas:

Obs.: Algumas citações em outras línguas foram traduzidas pelos autores.

- [1] Destacam-se ainda as emergentes reflexões éticas no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, que têm no Dr. Rafael Capurro (<http://www.capurro.de/home-eng.html>) seu principal interlocutor.
- [2] Optou-se por manter o termo original *bias* em inglês (correspondente a *sesos*, em espanhol) como abrangendo os sentidos de tendência, viés, inclinação, desvio, uma vez que não se encontra, em língua portuguesa, termo que dê conta de todo o conteúdo relativo a *bias*. Ressalta-se que uma pesquisa aprofundada sobre esse fenômeno está sendo realizada no escopo de um curso de doutorado.
- [3] Para efeito da presente pesquisa, tem-se por ética “um saber que pretende orientar as ações dos seres humanos, enquanto a moral atua como um saber que oferece orientações concretas em casos concretos” (Cortina; Martínez, 2005, p. 9). Vale resgatar a exaustiva reflexão no tocante à Ética em organização do conhecimento realizada em Guimarães. (2008b).
- [4] Resumidamente, entende-se que a organização e representação do conhecimento se dão a partir dos processos de análise documental (análise, síntese e representação) e classificação por meio da utilização dos instrumentos de representação do conhecimento, as denominadas linguagens documentais (p. ex.: esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros) que proporcionam uma ponte temática entre o documento e o usuário e, portanto, permitem a recuperação da informação a partir dos produtos gerados: índices, resumos e notações de classificação.
- [5] Entendem-se mitos, enquanto dogmas, postulados que são tomados como imperativos, como verdades absolutas. Acerca dos mitos não há reflexão nem sequer são questionados.
- [6] Fosket, D. J. *The Creed of the Librarian: No Politics, No Ethics, No Morals*. London: Library Association, 1962.
- [7] É interessante observar que os autores situam a precisão e a atualidade como efetivos valores profissionais e não mais como meras medidas de desempenho de um sistema de informação.
- [8] Em um contexto ético, os valores adquirem a condição de normas, princípios ou padrões eleitos por uma sociedade (só os atos humanos conscientes e voluntários possuem valores), que não funcionam como universais (mas alguns possuem extensão global) e partem das raízes culturais de cada sociedade, que os julgam moralmente (reflexão ética) e então são admitidos e respeitados por estes cidadãos. Construídos ao longo da história de cada indivíduo, os valores refletem as diferentes etapas de desenvolvimento do ser humano social.
- [9] Os sistemas de organização e representação do conhecimento devem garantir especificidade, ou seja, “[...] fornecer acesso à informação global e localmente, em qualquer língua, para qualquer indivíduo, cultura, grupo étnico ou domínio, em qualquer lugar, a qualquer horário e para qualquer finalidade” (Beghtol, 2002, p. 507, tradução nossa). A autora caracteriza o usuário, pertencente a várias culturas e em vários níveis, como multicultural, multilíngue e multidisciplinar.
- [10] Tem-se como instrumento oriundo da Epistemografia Interativa, “a linguagem epistemográfica, que assume o compromisso de representar a pluralidade, enquanto linguagem associativa. Essa linguagem é formada através de eixos paradigmáticos e sintagmáticos, valorizando as relações associativas para que, assim, nenhum tema se sobreponha aos demais” (Pinho, 2006, p. 98).
- [11] A epistemologia multicultural compõe-se por várias visões teóricas e postula que: a realidade é uma construção; as interpretações são subjetivas; os valores são relativos; o conhecimento é um fato político. Desse modo, “[...] existe o ‘bom senso’, as coisas ‘como elas são’ de um lado, e o Multiculturalismo de outro. A epistemologia monocultural não é compreendida como tal, mas simplesmente como a realidade sem mais” (Semprini, 1999, p. 89).
- [12] Essa concepção encontra respaldo nas ideias de Thellefsen e Thellefsen (2004).
- [13] “Nomear é a ação de conceder um nome, de rotular, de criar uma identidade” (Olson, 2002, p. 4, tradução nossa), a partir de um cabeçalho de assunto ou um número de classificação, por exemplo. A autora explica que nomear é um meio de comunicação interpessoal via linguagem que controla a representação do conteúdo documental e, conseqüentemente, seu acesso.
- [14] SPENDER, D. *Manmade Language*. London: Routledge and Kegan Paul, 1985.
- [15] Destaca-se que, atualmente, há a publicação das alterações ocorridas na Library of Congress Subject Headings que são vendidas, inclusive separadamente da linguagem documental.
- [16] Coextensividade, segundo Olson (1998), é a representação baseada no conteúdo documental individual e não baseada na estrutura do sistema.
- [17] CAPEK, M. E. S. *A women’s thesaurus*. New York: Harper & Row, 1987.
- [18] Os vértices nas linguagens documentais hierárquicas são, normalmente, formados por disciplinas tradicionais do conhecimento (p. ex.: Religião, Linguagem etc.), podendo ser utilizados como descritores ou não. Nos tesouros, essa categoria denomina-se *top terms*.

Referências Bibliográficas

- BAIR, S. C. Toward a code of ethics. *Technical Services Quarterly*, New York, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.
- BERMAN, S. *Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People*. 2. ed. Jeffersin; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.
- BOOTH, P. F. *Indexing: the manual of good practice*. Munchen: K. G. Saur, 2001.
- BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. *Ethics and Information Technology*, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.
- CINTRA, A. M. M. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Polis, 2002.
- CONSELHO Federal de Biblioteconomia. Código de ética profissional do bibliotecário, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/215>>. Acesso em: 17 set. 2009.
- CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. *Ética*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.
- DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L.; MOURA, M. A. O usuário pesquisador e a análise de assunto. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 205-221, 2001.
- FEINBERG, M. Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based os Haraway's situated knowledges. *Information Research*, Sweden, v. 12, n. 4, 2007.
- FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). *La dimensión humana de la organización del conocimiento*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.
- FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in profesional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 487-492. (Advances in Knowledge Organization, 8).
- FROELICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). *New worlds in information and documentation*. Amsterdam: Elsevier; FID, 1994. p. 459-470.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border" towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8).
- GORMAN, M. *Our enduring values: librarianship in the 21st century*. Chicago; London: ALA, 2000.
- GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação (TTI) no universo científico da International Society for Knowledge Organization - ISKO. Marília: UNESP, 2006a. Projeto de Produtividade em Pesquisa apresentado ao CNPq referente ao período: mar. 2007-fev. 2010.
- GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI): elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área da Biblioteconomia no Mercosul. Marília: UNESP, 2003. Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq referente ao período: 2003-2006.
- GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI): elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área de Biblioteconomia no Mercosul. Marília: UNESP, 2007. Relatório de Produtividade do Projeto Integrado de Pesquisa referente ao período 2003-2006 apresentado ao CNPq.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006b. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLAS, F.; PONS, A. (Org.). La dimensión humana de la organización del conocimiento. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ethics in the Knowledge Organization Environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). Cultural and Identity in Knowledge Organization. Würzburg: ERGON Verlag, 2008a. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, p. 138-153, 2008b.

GUIMARAES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). Tendencias de investigación en organización del conocimiento. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

HJØRLAND, B. Deliberate Bias in Knowledge Organization? In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). Cultural and Identity in Knowledge Organization. Würzburg: ERGON Verlag, 2008a. p. 256-260. (Advances in Knowledge Organization, 11).

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches traditional as well as innovative. Journal of Documentation, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? Knowledge Organization, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008b.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. Knowledge Organization, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

KOEHLER, W.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. Journal of Information Ethics, Jefferson, v. 9, n. 1, p. 26-54, 2000.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 209-235.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Cultural impact on Knowledge Representation and Organization in a Subject Domain. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). Cultural and Identity in Knowledge Organization. Würzburg: ERGON Verlag, 2008a. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. Knowledge Organization, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008b.

LÓPEZ-HUERTAS PÉREZ, M. J.; TORRES RAMÍREZ, I. de. Terminología de género. Sesgos, interrogantes, posibles respuestas. Datagramazero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, 2005.

MILANI, S. O. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. 2007. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MILANI, S. O. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir do Journal of the American Society for Information Science and Technology - JASIST e do Journal of Documentation (1995-2004). Marília: UNESP, 2006. Relatório final de Iniciação Científica apresentado à FAPESP referente ao período: out. 2005-set. 2006.

MILANI, S. O. Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: ROMERO, N. L. (Ed.). Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2009. p. 180-190.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in the indexing languages: theorethical approaches about feminine issues. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Org.). Paradigms and conceptual systems in Knowledge Organization. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. (Advances in Knowledge Organization, 12). p. 424-429.

OLSON, H. A. Mapping beyond dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains (Dewey Decimal Classification excludes some groups). Library Trends, Champaign, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998.

OLSON, H. A. The power to name: locating the limits or subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

PINHO, F. A. Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PINHO, F. A. Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, T. M.; MADINA, A. M.; SERRA, R. S. CDU: perspectiva de género y discriminación de minorías. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). Organización del conocimiento en sistemas de información: actas del III Encuentro de ISKO - España. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999. p. 103-118.

SEMPRINI, A. Multiculturalismo. Bauru: EDUSC, 1999. (Verbum).

SMIT, J. W. O que é documentação. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THELLEFSEN, T. L.; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. Knowledge Organization, Würzburg, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004.

VAAGAN, R. A. The ethics of librarianship: an international survey. Munchen: K. G. Saur, 2002.

VAN DER WALT, M. S. Round-table: Ethics in knowledge representation and organization. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. (Advances in Knowledge Organization, 8).

VERGUEIRO, W. C. S. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. Palavra-chave, São Paulo, v. 8, p. 8-11, 1994.

Sobre os autores / About the Author:

Suellen Oliveira Milani

suellenmilani@hotmail.com

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, UNESP.

José Augusto Chaves Guimarães

guima@marilia.unesp.br

Professor Titular do departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, UNESP.

